



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Cidades, Campos e Territórios

PODERES E PADRÕES CULTURAIS NUMA ALDEIA MINHOTA: CONTINUIDADE E MUDANÇA (1970-2004)

CARDOSO, António

Doutor em Sociologia, Instituto Politécnico de Viana do Castelo/Centro de Investigação em Ciências Sociais

Universidade do Minho (Portugal)

antoniocardoso@esa.ipvc.pt

Resumo

Esta comunicação faz parte de um estudo mais abrangente, a dois níveis (municipal e aldeão), para o qual foi selecionado o concelho de Barcelos e, dentro deste, a aldeia de Durrães. Recorreu-se ao inquérito, entrevista aprofundada e observação participante e fontes secundárias. Coloca-se a questão, em que medida os factores, para além dos económicos, de ordem cultural explicam quer as continuidades quer as mudanças nas práticas sociais e sobretudo políticas? Nos anos sessenta a população vivenciava fortemente os acontecimentos religiosos (festas principais e outras celebrações). O poder eclesiástico estava em relativa sintonia e correspondência com a Junta de freguesia. Após mais de trinta anos, há uma menor frequência no cumprimento de certas obrigações. Quanto às atividades culturais ocorrem ainda sob a luta de poderes no seio da freguesia entre dois grupos. No plano social e político, a alteração dos processos produtivos e ocupações profissionais também representou uma forte diminuição das relações da autoridade tradicional. Em termos de vivências e representações socio-culturais, há moradores que procuram destacar e dar novo impulso a elementos identitários: vestígios arqueológicos, a igreja e outros monumentos, manifestações culturais e religiosas. Confirmando outros estudos, os habitantes de Durrães têm um forte apego e identificação cultural e religiosa com a sua terra, embora não ocorra da mesma maneira que no passado. Verificam-se diferenças em algumas das práticas, estratégias e padrões de comportamento, principalmente as relações de vizinhança e ajuda mútua e solidariedade entre os dois tempos: os atuais e os dos anos sessenta. Sobretudo nas duas últimas décadas mudou algo na relação de forças quanto a poderes e padrões culturais. Persistem certamente as relações clientelares na aldeia mas a política local ocorre pela intermediação dos alinhamentos partidários e a propósito dos mais variados assuntos.

Abstract

This communication is part of a larger study, at two levels (municipal and village), which was selected for the municipality of Barcelos, and within this, the village of Durrães. Appealed to the survey, in-depth interview and participant observation. This raises the question: which factors, beyond the economic, of cultural order, explain the continuity or change in social practice and policies in particular? In the sixties the population experience, strongly religious events (major festivals and other celebrations). The ecclesiastical power was in relative harmony and correspondence with the Board of the parish. After more than thirty years, there is a lower frequency in the fulfillment of certain obligations. The cultural activities are still occurring in the power struggle within the parish between two groups. In social and political change of production processes and professional occupations have also represented a strong decrease of the relations of traditional authority. In terms of experiences and socio-cultural representations, there are residents who seek to highlight and give new impetus to identifying elements: archaeological remains, the church and other monuments, cultural and religious manifestations. Confirming other studies, the inhabitants of Durrães have a strongly religious and cultural attachment identifying with their land, although it is different of the past. There are differences in some of the practices, strategies and patterns of behavior, especially neighborly relations and mutual help and solidarity between the two times: nowadays and the sixties. Especially in the last two decades something has been changed in the relationship of forces as well as the powers and cultural patterns. Clientelistic relations certainly persist in the village but local policy is the mediation of political party alignments and purpose of a variety of issues.

Palavras-chave: comunidade e cultura, conservação e mudança; poder local; igreja, patrocínio, noroeste de Portugal.
Keywords: community, culture and identity, local power, church, patronage, northwestern Portugal.

[PAP1490]

Poderes e padrões culturais numa aldeia minhota: continuidade e mudança (1970-2004)

1. Introdução e problema

Cultura é um conceito polissémico e inclusive equívoco, sendo necessário destacar, em primeiro lugar, o sentido que lhe tem sido conferido por Weber (1978), prosseguido por Geertz (1963) e em Portugal, A. Silva (1994) segundo os quais cultura é definida pela atribuição de sentido ou significado e, por isso, cultura é um esquema ou complexo de significados incorporados em sinais e símbolos que se manifestam nas obras dadas como culturais.

Uma grande parte dos teóricos tende a falar de cultura como o efeito de um movimento de cima para baixo – o que seria denotativo da influência das classes dominantes e a persuasão da sua “alta cultura” nas camadas populares – ou de um movimento inverso de baixo para cima – o que testemunha a vitalidade, criatividade e pujança da ‘baixa cultura’ das camadas populares, apesar de serem reprimidas ou, na maior parte dos casos, canalizadas, integradas e incorporadas sob outras agências de (re)socialização, controlo social e dominação político-institucional externa.

Mas, como se cria cultura? Que factores, para além dos económicos, de ordem cultural explicam quer as continuidades quer as mudanças nas práticas sociais e sobretudo políticas?

Os padrões de cultura levam certo tempo para generalizar-se, dado que necessitam de enraizar-se de geração em geração, solidificar-se, passar por processos de construção ou desconstrução (cf. Encina e Rosa 2000:159) e serem alimentados ou revividos nos espaços e processos de socialização das associações colectivas, sempre que tenha tendência a diluir-se ou a serem incorporadas numa lógica mercantil. É aqui onde se juntam processos de mútua influência entre as chamadas culturas locais da chamada *pequena tradição* e a *grande tradição*, para usar a terminologia de Redfield (1961), com a particularidade de que a actual ‘cultura de massas’ tem maior força impositiva sobre os cidadãos menos informados pela via das indústrias da comunicação (entretenimento, publicidade, práticas de lazer).

Este texto faz parte de um estudo teórico e empírico ao nível da freguesia de Durrães no concelho de Barcelos¹ (Anexo1) e baseia-se num trabalho de campo efectuado nesta freguesia em 2002, tendo ainda por base entrevistas junto dos protagonistas do poder local e dirigentes associativos mas também servindo-se da recolha e análise documental, designadamente a consulta do semanário Barcelos Popular e das Actas da Câmara Municipal de Barcelos.

2. Padrões culturais e práticas religiosas: devoção e “lazer”

Os hábitos e as cosmovisões culturais são, regra geral, muito mais resistentes às mudanças do que os modos de vida em termos económicos e sociais. Enquanto alguns traços culturais se têm mantido e/ou reformulado, o quadro relacional entre os moradores mudou consideravelmente no sentido de um maior afrouxamento dos vínculos comunitários, numa maior influência do mundo exterior à aldeia (emigrações, meios de comunicação) e num aumento da relativa autonomia familiar e individual. Na continuação distinguiram-se as diferenças em algumas das práticas, estratégias e padrões de comportamento, destacando as que têm que ver com as relações de vizinhança e ajuda mútua.

Pelo que foi possível observar, também a nível das relações de ajuda mútua e solidariedade se notam algumas diferenças entre os dois tempos: os actuais em relação aos dos anos sessenta. Ontem como hoje existiam e existem relações de ajuda mútua tanto de cariz assimétrico como simétrico, se bem que hoje tais relações são menos frequentes e duradouras devido a uma menor dependência de uns e outros e sobretudo porque a maior parte das famílias são relativamente mais autónomas umas em relação a outras. Actualmente persistem entre os vizinhos diversos tipos de relação de bases diferenciadas, na base de uma reciprocidade

simétrica e assimétrica, prevalecendo situações de boa relação, mas sem excluir casos de desentendimentos e sentimentos de inveja. Por exemplo, C.A.S. sente-se incómoda com a vizinhança por que lhe têm inveja, por “estar em casa” a cuidar do seu filho deficiente que recebe um subsídio para tal, havendo pessoas que dizem “*está bem gordinha, graças ao cheque do filho deficiente... ela mostra o filho mas não mostra o cheque*”(!).

Em termos de representações e práticas religiosas podia-se pensar que estas de modo nenhum estão relacionadas com a questão do desenvolvimento (local). Não obstante, como é sabido, as representações religiosas, enquanto parte integrante do mundo simbólico-cultural, tal como o demonstram alguns sociólogos começando por Weber (1978), são extremamente relevantes, tanto na manutenção do *status quo*, como na sua mudança. O normativismo moral e religioso dominante até recentemente tem sido de tal ordem decisivo na travagem de processos de modernização da sociedade rural tradicional e introdução de práticas e costumes mais secularizados e ajustados com a actual economia (livre) de mercado.

Por diversos autores, principalmente por aqueles que se têm centrado sobre a região minhota (Santo 1984, Geraldês 1987, Cabral 1989, Silva 1998), tem sido realçada a forte religiosidade das populações, o que também se pode dizer, de facto, da grande maioria das pessoas de Durrães. É certo que as formas de religiosidade popular, que na prática se confundem muitas vezes com as formas dominantes da religião oficial católica, devem, contudo, analiticamente distinguir-se, pois, enquanto que as primeiras têm um carácter animista e antropomórfico, as segundas têm uma visão doutrinária transcendental, tal como referem autores como Almeida (1986:328 ss), Cabral (1989:224 ss) e Silva (1998:344).

Em relação ao ambiente dos anos sessenta e setenta, tal como, e até mais que, noutras freguesias circunvizinhas, também, em Durrães, o pároco procurava dar um sentido sobrenatural a todas as festas, rituais e demais acontecimentos inerentes ao ciclo agrícola, não só proibindo ou restringindo certos excessos ‘profanos’, insinuando sentimentos de culpa e vergonha a eventuais prevaricadores (não-participação na missa, matrimónio não-católico, concubinato), como sobretudo criando um sentimento corporativo de pertença e comunhão entre os paroquianos, tal como refere um morador ao denotar em simultâneo a aparente ‘adesão voluntária’ e o clima compulsivo de então:

“o padre Mendes orientava melhor: havia cruzada, mais meninas, a JAC, comunhão solene... tinha boa relação com os jovens, havia muito mais respeito pelo padre Mendes.... Todos nós, os jovens, corríamos a pedir-lhe a bênção... Mas antigamente éramos obrigados pelos pais a ir à igreja e éramos controlados pelo padre” (D.C.).

De facto, o que ressalta, em primeiro lugar, dos testemunhos dos habitantes inquiridos e, em particular, dos informantes-chave, é que a população vivenciava fortemente os acontecimentos religiosos não só durante as festas principais no ciclo anual, mas também nas celebrações religiosas dominicais e até as missas durante a semana e as preces diárias habituais: a da Trindade pela tarde e a da oração do terço pela noite. Assim o referia, por exemplo, A. que tinha trabalhado como criado na casa de um lavrador:

“Pelas tantas da noite... (ele era maldoso!) rezava-se todos os dias o terço. Fazia-me pôr de joelhos no chão apoiado um pouco a uma mesa e a família toda de pé. (...) eu já tinha 18 ou 19 anos a mulher dizia-lhe: “deixa ir o criado para a cama ... que ele não necessita orar porque ele está cansado... tu bem sabes que ele anda muito cansado”...e ele marido respondia .. “tem muito tempo para ir dormir...”

É importante sublinhar que, simultaneamente à já referida vigilância exaustiva do pároco e à dos seus incondicionais seguidores, se uma parte menor da população sentia-se temerosa e obrigada a cumprir, graças à dita vigilância no quadro das relações (para)domésticas, outra parte, largamente maioritária segundo vários testemunhos, fazia questão de se mostrar ‘orgulhosa’ de ser e sentir-se tanto ou mais profundamente religiosa e cumpridora dos preceitos eclesiásticos que outras populações das redondezas, demonstrando inclusive uma forte sintonia com os conselhos e as advertências de seus párocos tomados como exemplares, em relação a outros párocos vizinhos: os padres M. (1982-83), S. (1975-82), M. (1974) e J. E (1900-1941). Ou seja, os párocos de Durrães eram considerados honestos e por muitos como moralmente sérios e socialmente genuínos nas virtudes da pobreza, da castidade e na obediência dos preceitos religiosos. Há que salientar alguns acontecimentos considerados de maior importância, inclusive os formalmente seculares ou civis, em

que a autoridade eclesiástica local assumia um papel preponderante: por exemplo, a entronização do crucifixo na escola em 1938, a electrificação pública da freguesia² em 28 de Maio de 1955, a criação do grupo cénico “*Lírio do Neiva*” composto por 27 rapazes, o lançamento do jornal local “*Lírio do Neiva*”, o órgão da Acção Católica de Durrães, cujos artigos eram, antes de serem publicados, objecto de controlo e censura doutrinária por parte do padre M. e, posteriormente e actualmente, pelo padre L..

Isto não significa que não houvesse, de modo mais latente que manifesto, expressões de certa dissidência prática, mas silenciosa, como veremos. Não obstante, importa demonstrar os comportamentos e as práticas de conformidade com as normas oficiais. A *desobriga* anual (confissão e comunhão pascoal), a presença/participação na missa dominical, a frequência dos sacramentos, a abstinência quaresmal, a participação nos actos religiosos mais relevantes eram consideradas obrigações para todas as famílias que, por regra geral, as cumpriam escrupulosamente: uns por razões de sobrevivência e para evitar processos de marginalização, e outros na expectativa de serem localmente premiados em termos de prestígio e estima social.

Também havia dissidências em Durrães, inclusive em períodos anteriores aos párocos E. e M., práticas de transgressão e até alguma “libertinagem” em certos costumes e locais, tal como se pode inferir dos escritos de Figueiras (2000), quando este se refere às danças e aos cantos no Campo do Forno aos domingos depois da missa e do ‘terço’, em que se cantava e dançava ao som das concertinas, violas, cavaquinhos e “ferrinhos”, sem o controlo eclesiástico, práticas que eram objecto de frequentes advertências por parte dos antigos párocos: “*Campo do Forno, Campo do Inferno... Campo das Murmurações, donde se fazem escrituras, sem letrados nem escrivães*” (in Figueiras 2000:469). Outra fonte indicadora de costumes mais ‘pagãos’ em épocas anteriores é o *Livro de Visitas* entre 1701 e 1717.

Remontando-nos ao século XX, principalmente com a construção do Estado Novo, a moralização generalizada da Igreja também fez-se sentir e de modo muito agudo em Durrães. Não obstante, ainda durante este período houve uma espécie de domesticação dos paroquianos pela mão dos padres E. e M., alguns relatos dão conta de alguns casos de repugnância passiva ou resistência silenciosa: ausência à missa dominical, o não-cumprimento da *desobriga*, o não-pagamento das primícias e, sobretudo, o evitar encontrar-se com o padre. No entanto, em comparação com as práticas de outros párocos de freguesias vizinhas, consideradas “parasitárias”, “avarentas” e/ou “escandalosas”, desde o ponto de vista sexual, ao seu pároco os durrãesenses não tinham que apontar-lhe esses comportamentos considerados ‘indignos’. Ou seja, consideravam o padre M. um pároco coerente e exemplar em seus comportamentos e, por isso, sua palavra era respeitada e tomada a sério. Com o padre L. os jovens começaram a minar sua autoridade, por exemplo, “apagando a luz”, sempre que este queria dar catequese.

Decorridos cerca de trinta anos, que dizer das actuais práticas religiosas dos actuais paroquianos? E como era sua relação com o novo pároco, que já exercia noutra freguesia vizinha?

Em primeiro lugar, há que sublinhar a menor frequência no cumprimento das obrigações referidas: por regra geral a abstinência quaresmal já não é praticada, a frequência dos sacramentos é consideravelmente menor e irregular, o pagamento das primícias já não é sentido como vinculativo, o índice de participação na missa é inferior a 70% e, segundo um morador, “*hoje 50% dos jovens não frequentam a Igreja*” (D.C.). Portanto, há menos respeito e consideração pelo padre e os pobres já não aceitam tratamentos diferenciados como em tempos passados, chegando a censurar o pároco “*por celebrar as missas dos ricos geralmente aos sábados e domingos e as dos pobres durante a semana*” (F.C.). O incumprimento das obrigações já não tem consequências repressivas, como antigamente. A obediência dos rituais (baptismo, primeira comunhão, casamento) tem hoje uma componente de encontro, afirmação familiar e de exibição social.

Um acontecimento donde se pode concluir e medir as diferenças nas vivências e significados da religiosidade é a festa do padroeiro, S. Lourenço. Enquanto no passado e até aos anos oitenta a festa, organizada rotativamente pelas famílias de proprietários, lavradores e pequenos camponeses, representava o momento auge da vivência religiosa aldeã pelo que as manifestações ‘profanas’ eram relativamente contidas, hoje estas coexistem e, às vezes, sobressaem às manifestações do ‘sagrado’, sem sofrer as limitações e proibições noutros tempos impostas pela figura austera do pároco. As colaborações que antigamente eram em espécies,

hoje são entregues sobretudo em dinheiro, para além dos leilões. Os gastos, não tanto os especificadamente religiosos (andores, padres, sermão) mas sobretudo os profanos (ceias/jantares, foguetes, bandas, ranchos, grupos musicais), multiplicaram-se de modo exponencial. A festa, se já o era, tornou-se ainda mais uma manifestação de prestígio, êxito e poder alcançados pelas famílias organizadoras: juiz e mordomos. Finalmente, a população ainda hoje colabora para qualquer iniciativa de melhoria ou arranjo da Igreja sob pedido do pároco: por exemplo, a compra de aparelhos de som para a Igreja no valor de 600 contos (cerca de 3 mil euros).

Nas últimas décadas, a liderança eclesiástica na pessoa do pároco foi sofrendo um certo desgaste e verifica-se uma certa desafeição por parte dos paroquianos que se orientam num sentido mais laico. Uma das iniciativas traduziu-se na redinamização da *Casa do Povo* impulsionada por alguns moradores letrados, como veremos no seguinte excerto da entrevista com o Presidente de Junta, este reconhece-lhes que têm “desempenhado um grande papel...” mas por outro vai manifestando algumas das discordâncias e até atritos entre as duas partes (Presidente de Junta versus “pessoas pensantes”), em que o Presidente de Junta quando foi questionado sobre a parte cultural da freguesia, disse:

P.J. - Durrães tem sido sempre uma freguesia bastante culta... pelas pessoas pensantes que temos cá... muito cultas... por que as publicações de livros falam por si mesmas...a parte cultural mais emblemática de Durrães ainda é o teatro... e todos os anos temos feito alguma coisa pelo teatro...que é uma tradição que vem de há muitos anos...

Para além disso, Durrães tem organizado algumas exposições...uma das quais de arte-sacra...temos algumas associações que têm trabalhado também no âmbito cultural...Eu tenho que admitir que o G.E.N. é também uma associação que tem desempenhado um grande papel... hoje a Casa do Povo resume-se praticamente ao G.E.N. e acaba por confundir-se à instituição, Casa do Povo e G.E.N., não sei se sabe... aqui quem é quem no fundo.... Os dirigentes pertencem a um lado e os mesmos pertencem ao outro lado e acabam por se confundir.

O impulso de actividades culturais ocorre ainda sob a luta de poderes no seio da freguesia entre os promotores do G.E.N. que se tinham instalado na *Casa do Povo* e, como os activistas da oposição ou representantes do PS, a partir do edifício (desativado) do apeadeiro projectavam criar uma associação cultural, com um centro de interpretação ambiental e arqueológico do Vale do Neiva e como base de apoio às suas actividades científicas, culturais e políticas, disputando aquela infraestrutura com os representantes do poder local favoráveis ao PSD, posicionando-se estes não a favor da entrega do imóvel (apeadeiro) ao G.E.N. (associação) mas sim antes à freguesia sob o argumento plausível de que o edifício do apeadeiro se manteria como propriedade do Estado (REFER) e a ser gerido pela Junta de Freguesia teria sempre um suporte em eventuais obras de restauração e de manutenção. Fora desta competitividade ou competição não se verificava uma estratégia global de interesse e mobilização de toda a comunidade.

3. Poder: entre o patrocínio e a cidadania política

O patrocínio³ representa um sistema de dependência do cliente face ao patrono influente, com relação de reciprocidade tendencialmente assimétrica, em que o cliente, a troco da protecção recebida ou a receber do patrono, deve a este reconhecimento, lealdade e prestação de serviços.

No plano social e político, a alteração dos processos produtivos e ocupações profissionais também representou o início do desmoronamento ou, pelo menos, uma forte diminuição das relações da autoridade tradicional personalizada no pároco, no presidente da Junta de freguesia e em alguns nobres locais, denominados na terminologia sociológica e antropológica como *patronos*.

Em relação à aldeia de Durrães, o fenómeno do patrocínio assumiu proporções consideráveis atendendo a factores de ordem histórica, principalmente o facto de que Durrães, junto com Carvoeiro, integravam o

Couto de Carvoeiro pertencente ao Convento Beneditino de Carvoeiro. O peso desta instituição conventual com todo o acervo de vínculos e obrigações feudais por parte dos colonos e arrendatários residentes principalmente em Durrães comportou, ao longo dos séculos e formalmente até ao século XIX, relações de servidão, forte dependência e servilismo. No entanto, se a par das relações de dependência (quasi)feudal em relação ao Mosteiro tivéssemos em conta que uma parte considerável da população, composta por camponeses pobres e jornaleiros, dependia dos proprietários das referidas quintas e alguns lavradores médios, não é difícil de entrever relações de acentuada dependência clientelar, quer seja em termos civis como sobretudo em termos eclesiásticos ou, talvez mais adequadamente, eclesiástico-civis. As Juntas de freguesia, durante uma grande parte do século XIX até à I República, eram presididas pelos sucessivos párocos (cf. Figueiras 2000: 471ss). Os moradores recordam com certa nostalgia esses tempos, assim como os nobres e personalidades que presidiram aos destinos da freguesia entre os anos sessenta até aos anos oitenta: o pároco M., M. G., chefe do apeadeiro e presidente da Junta, o regedor, o Dr. F., auditor jurídico, entre outros.

O poder eclesiástico local representado no pároco estava em relativa sintonia e correspondência com a Junta de freguesia, cuja lista era “cozinhada” entre os nobres locais e, em particular, pelo próprio pároco. Até 1974 era formalmente nomeada e homologada pelo Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, a qual ainda que politicamente era bastante dependente do mesmo e de outras entidades civis e religiosas, exercia um controlo local sobre certos acontecimentos públicos e influenciava social e politicamente as famílias pela dependência destas em relação aos assuntos administrativo-burocráticos e políticos. Por outro lado, não raramente actuava com certo grau de discricionariedade no tratamento dos diversos assuntos não apenas perante os moradores dependentes mas também perante famílias mais acomodadas, conforme fossem aliadas ou rivais.⁴

A par da Junta de freguesia e com uma função de controlo, vigilância e até mesmo repressão, estava o regedor, seu substituto (D.M., administrador da Quinta N.) e seus cabos (A.M., J.G, M.C.M., A.M.S.), os quais acompanhavam os fiscais na função de vigilância das produções de cada casa. Não obstante, o tratamento era discricionário, tanto por parte dos fiscais da Câmara Municipal como do regedor e dos cabos que os acompanhavam: enquanto que a uns os penalizavam, a outros limitavam-se a “fechar os olhos”. O próprio ex-regedor conta que uma vez foi solicitado por M.G., chefe do apeadeiro e presidente da junta de freguesia, para que não o denunciasses por um saco de milho. O mesmo tinha sucedido com os Mendanhas de Quintiães em relação ao azeite do lagar ou aos donos da Quinta de Malta, em que os fiscais entravam em casa dos caseiros mas não fiscalizavam a própria casa de Malta.

A personalidade demasiado forte, absorvente e inclusive autoritária, do antigo pároco M. deixou em muitos durrãesenses uma espécie de sentimento de orfandade: *“Deixamos de ter líder – o padre M. –, por outro lado, a política veio dividir muito as pessoas. O líder tinha qualidades sociais, culturais e humanas extraordinárias... Todavia, agora, somos um rebanho sem pastor”* (C.M.). Não obstante, tal como foi possível concluir da narrativa do padre L. que veio substituir o padre M., esta relativa harmonia controlada pelo pároco escondia constrangimentos e contenções latentes ao ponto de manifestar-se e, de certo modo, de contestar a autoridade eclesiástica local. O padre L., actual pároco de Durrães, tendo dificuldade para conter o seu “rebanho” no curral, reconheceu ao seu antecessor a capacidade de ter disciplinados os seus paroquianos, quando, sendo pároco de Balugães passou também a ser pároco de Durrães, que tendo sido entrevistado fora de Durrães disse:

“Eu me dei conta daquilo (Durrães!), tentei fazer o possível dentro do impossível. Cheguei lá (Durrães) e encontrei certas estruturas das quais beneficiei, certos valores, certo respeito nas famílias... Durrães tinha um pároco próprio que estava sempre vigilante no dia a dia”. E, em público, como disse uma moradora: “Eu vim aprender muitas coisas aqui em Durrães. Por exemplo, quando sai uma procissão em Durrães formam-se duas filas bem alinhadas e não como em muitas outras aldeias que vão todos juntos atrás do andor que mais parece um rebanho de carneiros...” (AE).

No entanto, o actual pároco confessou a dificuldade de manter o equilíbrio na balança de forças e sobretudo em conter os sentimentos reprimidos de bastantes paroquianos.

O 25 de Abril mudou algo na relação de forças, provocando a própria demissão da Junta de então, principalmente do seu presidente, que viria a ser substituído por seu irmão A.G. . Ainda que formalmente as eleições pressupunham a disputa política inter-partidária, os partidos que tiveram por muito tempo o controlo político local foram o CDS e o PPD/PSD. E, ainda que o PS teve uma subida nas eleições de 1997, o PSD continua a ser o partido maioritário.

Se bem que, mesmo sendo a situação política agora bem diferente, ainda são evidentes algumas situações de dependência e práticas de política clientelar e, segundo alguns, autoritária, da parte não só do poder eclesiástico se não inclusive, segundo outros, do poder autárquico na freguesia, tal como o refere um habitante:

“Essas dependências existem e resultam de pequenos jogos de interesse... “podes fazer mais esta obra e mais esta...”. Trata-se de uma certa fidelidade interna, ou seja, se és moralmente fiel porque este deve favores àquele.... E, olhe, temos lá na cúpula uma determinada cor, um determinado líder que vai permanecendo... e isto dá a entender que há uma sintonia dos de “aqui” com os de cima...Ou seja, até eu às vezes me acobardo para não ter confusões... Aqui é “eu faço, eu quero, eu mando” e isto é Durrães. (C.M.).

Inclusive ainda que esta posição não seja partilhada por outros habitantes, há indícios da persistência de relações de tipo clientelar, quer seja a nível das relações diádicas entre famílias e indivíduos, como a nível da política local, ainda que haja quem afirme terminantemente que a prática política ainda é, de facto, a seguinte:

“Ou me segues ou então não tens lugar aqui... De facto, o que une tudo é o trabalho. Mas a política dividiu bastante as pessoas. A maturidade política é pouca e lenta.... em todas estas aldeias... Há pouca consciência democrática, há inclusive défice de cultura democrática...”

As pessoas votam em agradecimento a favores ou em expectativa de favores, sendo os mais velhos literalmente conduzidos em carros e carrinhas disponibilizadas no momento (por exemplo, a carrinha do Centro Social).

Alguns habitantes (C.M., J.S, F.C.) dão exemplos de certa discriminação por parte da Junta na pavimentação e no arranjo de caminhos, favorecendo a parentes ou famílias aliadas, prejudicando ou discriminando adversários políticos, favorecendo os lugares “onde há mais votos” e esquecendo-se de famílias mais isoladas, desprovidas e, portanto, com menos peso contratual (*negocial*). Ou, mais recentemente, conforme as famílias em questão, permitir ou não abrir ou fazer caminhos, ou fazer loteamentos com especulações imobiliárias. Não há, portanto, a este respeito nenhuma acção colectiva, pelo que a maioria prefere arranjar cada um seus inconvenientes para não “ter problemas com a Junta”, como dizia um morador. Outros como J.S. não deixam de denunciar publicamente esta política clientelar:

“Estou contra os compadrios na criação de emprego à volta do apoio aos idosos e ao ATL. Afinal a criação de emprego não é para quem mais necessita. Por exemplo, a máquina de limpar as bermas das estradas foi entregue ao tio do presidente. Aqui em Durrães estes gajos não atendem aos pobres... os idosos não são todos atendidos, alguns vivem isolados onde nem o GASIN⁵ nem os bombeiros nem a ambulância lá chegam...”

Silenciosamente alguns moradores denunciam alguns acordos e negócios da Junta de freguesia com empreiteiros locais e, segundo outros, alguns dividendos para o próprio presidente da Junta. Por exemplo, o edifício da actual sede de Junta de freguesia foi vendido pelo empreiteiro local L.S. à Junta de freguesia por 26 mil contos (cerca de 130 000 euros), valor este que, pago pela Câmara Municipal, tem sido considerado, por vários habitantes, superior ao seu real valor de mercado. Se bem que uns têm canais de influência no poder local ou municipal, outros moradores menos providos, como um ex-emigrante X, vêem-se desprotegidos e são inclusive discriminados pelas autoridades locais. Por exemplo, a casa de um ex-emigrante desmoronou-se em consequência do deslizamento de um monte, por desvio das linhas de águas, e com isso viu destruídos suas poupanças sem que até este momento as autoridades locais, municipais ou governamentais se co-responsabilizem pelo sucedido. Também, segundo outro morador, quando os subsídios

dos funerais provenientes da Segurança Social eram confiados ao presidente que tinha um escritório de contabilidade, este soube-se aproveitar de parte de esses subsídios para ajudar a financiar a fábrica de cerâmica (L.C., M^a). Outra denúncia e protesto feitos por diversos moradores consistem na apropriação do *Senhor do Lírio* pelo Conselheiro N. que o vedou, não obstante o Dr. J., pai dos actuais herdeiros, ter prometido devolvê-lo à freguesia, sendo agora necessárias novas negociações com o filho, Eng.º J., herdeiro da parte da quinta. Esta usurpação é tanto mais sentida quanto mais recordam que um dos moradores, o Sr. C.O.M., já falecido, ofereceu 500 contos (cerca de 2500 euros) para construir um caminho de acesso ao *Senhor do Lírio*.

A luta política surge em relação com os mais variados assuntos. Uma das questões com as quais a Junta de Freguesia e seus seguidores mais conotados com o PSD, incluindo o antigo presidente da *Casa do Povo*, J.P., e os dirigentes do G.E.N. mais orientados pelos partidos da oposição, principalmente o PS, tem sido a gestão do G.E.N. situado no edifício da *Casa do Povo*, que desde 1993 deixou de cobrar quotas para a Segurança Social. Segundo um ex-presidente da Assembleia de Freguesia,

“O G.E.N. não tem personalidade jurídica, seus estatutos foram aprovados numa casa particular e, por isso, é ilegal; a presidência do G.E.N. nem sequer é de nenhuma das três freguesias às quais pertence a Casa do Povo. A Casa do Povo podia ser para o Grupo Cénico. O edifício foi doado pelo Dr. J. mas com a condição de que permaneça ali o Centro de Saúde. Para além disso, as obras de recuperação têm sido feitas pela Junta”.

Não obstante, esta luta continua em relação com a concessão, pela REFER, do espaço do apeadeiro, hoje desactivado, que o G.E.N. teria solicitado para as suas actividades de investigação arqueológica e para exposições, projecto que teve a oposição da Junta de Freguesia que também pretende dirigir esse espaço por sua conta e para actividades de sua iniciativa.

Para um número considerável de moradores, sobretudo os mais críticos da oposição, não há verdadeira participação democrática na vida da aldeia, tal como o exprime um morador C.M.: “*Aqui não há espaço para o debate... Ou és por mim ou se não és por mim és contra mim...ou seja, nem hipótese dão de que uma pessoa seja neutra...*”.

Por isso, as pessoas hoje, ao não serem tão dependentes como antigamente e havendo um quadro democrático que permite alguma margem de opção político-partidária, verifica-se contudo um menor constrangimento clientelar e inclusive algumas vantagens mínimas de espírito democrático no sentido de respeitar ou pelo menos suportar as opiniões dos outros. Mas de aqui a poder falar-se de cidadania activa e de uma democracia participativa há ainda um bom passo a percorrer...

3. Identidades socio-profissionais: realidades e representações

O apoio económico da identidade camponesa tem estado sujeito a fortes crises, mas esta ainda persiste com alguma força, ainda que mais de ordem afectiva, normativa e cultural que económica. Hoje, com efeito, os que se identificam com os velhos modos de vida e representações simbólicas, têm perdido não apenas peso numérico e organizativo mas também social, económico e até político. Não obstante o facto de haver moradores que, por apego às tradições e raízes, procuram dar novo impulso à vida rural, já não o será nos moldes tradicionais. Se bem que, em termos de vivências e representações socio-culturais que dão força e renovam as velhas identidades, vários têm sido os elementos identitários destacados pelos inquiridos: os vestígios arqueológicos (Chã de Arêfe, Castro dos Castelos, Penedo da Pata do Mouro), a igreja paroquial, o cruzeiro, o apeadeiro, o Lírio do Neiva, o miradouro, as azenhas, o rio Neiva, a Ponte Seca, sobre a qual disse João: “*Muitas freguesias gostariam de orgulhar-se de ter assim uma ponte como a de Durrães!*”. Alguns retrocedem no tempo e recordam, com uma certa nostalgia, o Campo do Forno – o local por excelência de danças e cantares –, as esfolhadas e espadeladas, as diversões das romarias, tal como o dizia A.: “*Antes a vida era mais alegre, cantava-se nos campos e nos caminhos e havia ainda as romarias*”. Outro elemento destacado por alguns habitantes e pelos próprios artesãos é que Durrães, em seu entender, distingue-se, em relação a outras freguesias, pelo trabalho “perfeito” e “espectacular” dos seus artistas que

trabalham a pedra e a madeira, os quais, efectivamente, sobressaíam pelo esmero das suas obras de construção e/ou peças de fábrica artesanal, respectivamente. Para além dos pedreiros e carpinteiros, também outros (ex)artesãos destacam alguns traços ligados à sua trajectória de vida e à importância das suas artes não só para a sobrevivência mas também para levar o nome distintivo de Durrães a outras terras: os moleiros na sua ligação ao rio e actividade antigamente complementar da agricultura; os tanoeiros, tamanqueiros e sobretudo os carpinteiros

Tal como noutras aldeias, os habitantes de Durrães têm um forte apego e identificação cultural e religioso com a sua terra. Embora a cultura não seja totalmente homogénea e até seja vivenciada de diferente maneira pelas diversas famílias pertencentes a vários grupos sociais, há alguns traços comuns enraizados na comunidade territorial, no património histórico e arqueológico e nas tradições principalmente religiosas. Não tendo Durrães, por exemplo, uma cruz de prata como outras freguesias, alguns dão a seguinte explicação: *“No tempo das invasões francesas, Napoleão roubava as pratas e ouros das igrejas. Durrães com o medo enterrou a cruz de prata. Agora ninguém sabe onde está a cruz”*. Nos vários inquéritos e entrevistas sobressai o enorme apego, amor e identificação com a sua própria terra, um certo sentimento e necessidade emocional de reviver o passado, o qual se torna visível nas romarias da região e sobretudo nas festas locais, em particular à volta da festa anual do padroeiro S. Lourenço. Ou ainda no amor demonstrado pelas coisas da terra, para além da festa e romarias: o património arqueológico, o rio Neiva, o *Lírio do Neiva*, que fez com que um habitante ‘benemérito’ da aldeia, na hora da morte, mediante a dívida contraída de 5000 contos (25 000 mil euros) pela associação “Lírio do Neiva”, manifestasse a um colaborador próximo esse receio na sua última vontade: *“Não deixes morrer o Lírio do Neiva”*, o que acabou por não suceder porque seus amigos conseguiram pagar a dívida e salvar a associação desportiva.

Se, por um lado, há elementos de identidade comuns na história e territorialidade, como os referidos, comprova-se, por outro lado, uma crescente diferenciação que vai a par da relativa perda no apego às tradições e uma maior capacidade de iniciativa que já não depende do aval ou consentimento do pároco e de outros locais nobres. Constata-se, portanto, elementos diferenciadores e até díspares de identidade e identificação entre os diversos grupos sociais, os quais destacam uma e/ou outra característica. Em certos livros ilustrativos de Durrães destacam-se as famílias de pequenos nobres em torno das referidas quintas. Entre os lavradores e inclusive entre os camponeses a tempo completo ou parcial, há certamente um sentimento de identidade como um grupo social cada vez mais esquecido e não valorizado social e economicamente, tal como contava uma camponesa em relação à importância da lavoura: *“a lavoura devia ser valorizada porque é de lá que vem tudo ... e pouca gente lhe dá o valor”* (AE).

Para além destes apelos às identidades tradicionais, estão surgindo outras e até mesmo novas identidades profissionais fora e no seio do meio rural. Para começar pela de alguns agricultores que, ainda formando uma minoria, têm vindo a profissionalizar-se e a especializar-se como agricultores empreendedores num processo de modernização agrícola e rural. Podendo desfrutar de apoios estatais e comunitários para assumir este modo de vida como uma profissão tão digna como outra qualquer, a sua identidade via-se formando num misto de renovação dos vínculos à terra, mas já não do mesmo modo que os tradicionais lavradores e camponeses.

Ao lado destes agricultores a tempo inteiro, interessa destacar toda uma série de actividades e profissões que têm lugar no perímetro da aldeia, mas cuja conexão com a agricultura é indirecta, ténue e inclusive alheia. Há que referir as actividades (para)industriais de produtores e pequenos empresários artesanais ou industriais, principalmente os viveiros de vides, os artesãos pedreiros e carpinteiros – cujo trabalho com a pedra e a madeira é assumido por alguns habitantes e pelos próprios artistas como “perfeitos”, “espectaculares” e “distintivos” comparado com outras freguesias, os pequenos empresários da construção civil e da indústria têxtil e sobretudo – a maioria – os assalariados nestes sectores trabalhando na aldeia ou arredores.

Próximo deste grupo mas distinto pela menor frequência de contactos diários com os conterrâneos, está outro grupo constituído por um conjunto crescente de trabalhadores e empregados que, ainda que por razões económicas e afectivo-simbólicas, exercem a agricultura a tempo parcial, se identificam, e cada vez mais, no seu quotidiano com a sua profissão, onde não só obtêm a principal fonte de rendimento mas também

estabelecem grande parte das suas relações laborais e sociais, quer seja em meio (peri)urbano próximo, ou bem algo mais distante ou até como emigrantes no interior ou no exterior do país. Sintomático do sentimento de gratidão para os países donde emigraram é o seguinte desabafo de M.M: *“Eu podia alçar aqui a bandeira de França e ninguém a poderia tirar, porque isto que tenho foi tudo comprado e feito com o dinheiro que ganhei em França! ...”*.

Outro grupo constituído por neo-rurais e turistas que, por razões ecológicas, sentimentais ou outras procuram e desejam revitalizar o meio rural e permanecem ali, se não a totalidade, pelo menos uma parte do ano ou visitam a aldeia nos fins de semana e/ou em períodos quer de curtas férias quer nas de verão.

Perante a recolha das percepções que os habitantes têm sobre os impactos que a globalização induz sobre a própria aldeia e as suas vidas, constata-se concepções diversas, em que dos 79 inquiridos, cerca de metade não tinha informação suficiente para responder, confessando o seu desconhecimento ou ignorância sobre o fenómeno. Respostas como “não entendo” ou “não sei responder” demonstram que o conceito “globalização” não era conhecido e, por isso, cerca de 60% dos inquiridos sentiam dificuldade em responder principalmente a nível dos impactos, negativos e/ou positivos, sobre o desenvolvimento local em contexto rural.

Pelas observações e respostas dadas, é certo que não se pode falar de homogeneização da cultura local nem tão pouco se pode enunciar qualquer tendência de homogeneização cultural pela via da globalização. Enquanto uns tendem a ver como positivas as inovações e os estilos de vida induzidos pela globalização, outros tendem a ser mais críticos e afloram sentimentos de desconfiança e/ou até uma clara oposição ao processo de globalização e discordam dele por resultar mais benéfico para o sistema dominante a nível internacional do que para as comunidades locais como Durrães.

Uns mais outros menos, em todos se destaca, a nível familiar, a memória dos seus antepassados, as fortes recordações sobre as suas trajectórias de vida em condições muito duras, principalmente até aos anos setenta e oitenta. Mas o seu imaginário identitário, em termos territoriais, surge fortemente ligado às suas próprias vivências históricas, ao contexto religioso de uma cultura que, mesmo em declínio, insiste em reavivar e revitalizar principalmente em certos momentos tais como as festas natalícias, as da Semana Santa e sobretudo do santo padroeiro: S. Lourenço.

4. Considerações finais

As profundas mudanças na estrutura económica e profissional e respectiva organização da aldeia em colectividades como a de Durrães não poderiam deixar de ter suas repercussões na vida política local, nas práticas e interações da vida quotidiana, nos padrões culturais e nas atitudes dos residentes.

As relações sociais entre os moradores mudaram consideravelmente no sentido de um maior afrouxamento dos vínculos comunitários, numa maior influência do mundo exterior à aldeia (emigrações, meios de comunicação) e num aumento da relativa autonomia familiar e individual. Na continuação distinguiram-se as diferenças em algumas das práticas, estratégias e padrões de comportamento, destacando as que têm que ver com as relações de vizinhança e ajuda mútua.

Ao nível do poder eclesiástico sobre os paroquianos, devemos concluir que nas últimas décadas a influência do pároco foi sofrendo um certo desgaste e verifica-se uma certa desafeição por parte dos paroquianos que se orientam num sentido mais laico. Verifica-se também um menor constrangimento clientelar e inclusive algumas vantagens mínimas de espírito democrático no sentido de respeitar ou pelo menos suportar as opiniões dos outros.

Entre Junta de Freguesia e seus representantes, por um lado, e os dirigentes de associações são visíveis a suas dissonâncias a nível de detenção de poder sobre os espaços e equipamentos.

Este estudo a nível micro, sobre a freguesia de Durrães, demonstra que, com o 25 de Abril e sobretudo nas duas últimas décadas mudou algo na relação de forças quanto a poderes e padrões culturais. Persistem certamente as relações clientelares na aldeia mas a política local ocorre pela intermediação dos alinhamentos

partidários e a propósito dos mais variados assuntos. Por outro lado, o quadro relacional entre os moradores mudou consideravelmente: maior afrouxamento dos vínculos comunitários e aumento da relativa autonomia familiar e individual.

Bibliografia

Almeida, João Ferreira (1986), *Classes sociais nos campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

Blok, Anton (1969), “Peasants, Patrons and Brokers in Western Sicily” in *Anthropological Quarterly*, 42, 1:155-170.

Boissevain, Jeremy (1966), « Patronage in Sicily » in *Man* vol 1, 1 :18-33.

Cabral, João de Pina(1989), *Filhos de Adão, filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Cutileiro, José (1977), *Ricos e pobres no Alentejo (Uma sociedade rural portuguesa)*, Lisboa: Sá da Costa.

Encina, Javier e Rosa, Montserrat (2000), “El grande teatro del mundo, o de cómo los Ayuntamientos intentan repartir papeles, organizar y marcar tiempos” in T. Villasante, M. Montañés J. Marti (coords), *La investigación social participativa*: 145-170, Madrid: El Viego Topo, Red de Colectivos y Movimientos Sociales.

Figueiras, Paulo Passos (2000), *O Couto de Carvoeiro. Monografia*, Viana do Castelo: Junta de Freguesia de Carvoeiro.

Geertz, Clifford (1963), *The Interpretation of Cultures*, Nova Iorque: Basic Books, Inc.

Geraldes, Alice (1987), *Gente do minifúndio, Produção e Reprodução Social em Mudança na freguesia de Correlhã*, Braga: Universidade do Minho.

Gutierrez, I. C. (1989), *El discurso del bienestar, Consejería de Integración Social*, Dirección General de Planificación de Servicios Sociales, Comunidad de Madrid: Serie Libros.

Redfield, Robert [1961(1956)], *Peasant Society and Culture*, Chicago: University of Chicago Press.

Santo, Moisés Espírito (1984), *A religião popular portuguesa*, Lisboa: A Regra do Jogo.

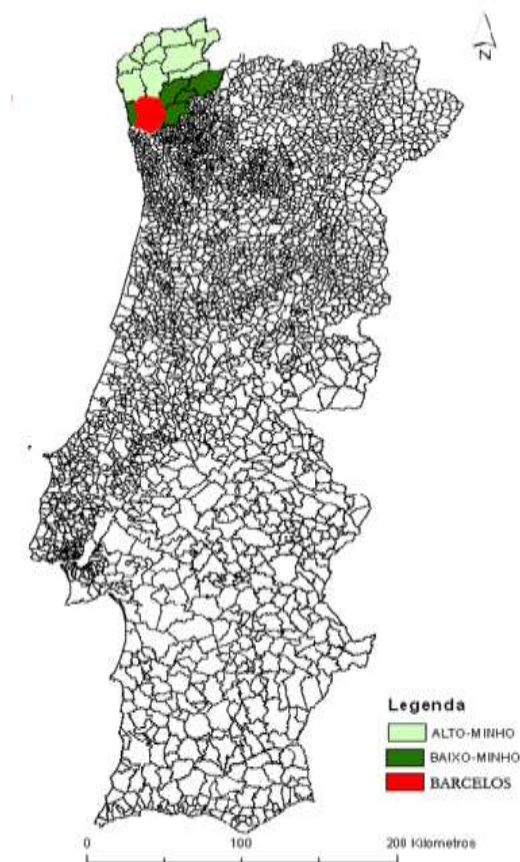
Silva, Manuel Carlos (1998) *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto: Edições Afrontamento.

Silva, Augusto Santos (1994), *Tempos cruzados. Um estudo interpretativo da cultura popular*, Porto: Afrontamento.

Weber, Max (1978), *Economy and Society*, California: University of California Press.

Wolf, Eric (1966), *Peasants*, Nova Jersey: Prentice Hall, INC.

ANEXO 1: representação geográfica da freguesia de estudo – Durrães

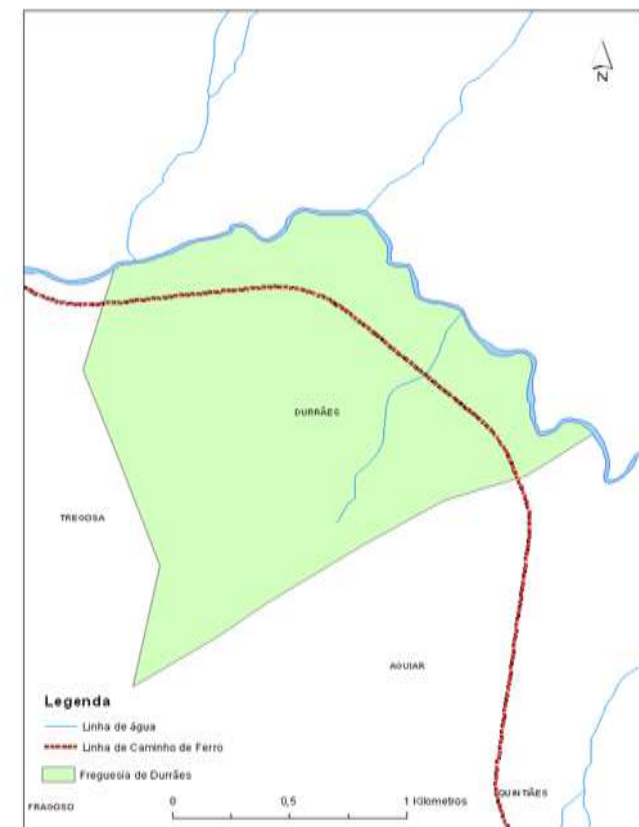


PORTUGAL



MINHO (região)

BARCELOS (concelho c/ 89 freguesias)



DURRÃES (freguesia)

NOTAS

¹ A recolha empírica no que se refere designadamente a freguesia de Durrães foi realizada no quadro dum trabalho mais amplo de dissertação de doutoramento, cujo título é “Desarrollo local: virtualidades y limites. Estudio de caso de un pueblo en el ayuntamiento de Barcelos (noroeste de Portugal)”, defendida na Universidade Complutense de Madrid (2009).

² Nas Actas de registo deste acontecimento vivido como ‘grandioso’ a nível local, foram feitos pela Comissão de Electrificação – composta pelo padre J.M., A.S. e M.G.- os mais rasgados elogios à chamada Revolução Nacional do 28 de Maio de 1926 e subsequente obra do Estado Novo, celebrando com entusiasmo militante por parte dos nobres organizadores e representantes com referência expressa a seus nomes e à bênção da Igreja na pessoa do pároco, celebrando assim o 29º aniversário da Revolução Nacional “que possibilitou o ressurgimento nacional que criou as condições económicas e morais que tornaram possível este grande progresso da freguesia, factor indispensável nesta época para a melhoria das condições de vida e para seu desenvolvimento futuro” (Acta 28-5-1955).

³ O tema do patrocínio tem sido abordado por vários sociólogos e sobretudo antropólogos, destacando-se entre outros, Wolf (1966), Bossevain (1966), Blok (1969) e, em Portugal, sobretudo Cutileiro (1977) e Silva (1998), os quais apresentam as diversas interpretações teóricas em torno deste fenómeno social e político. O patrocínio, se bem que tem estado também presente nos países centrais da Europa e na América, tem sido mais frequente em países da área mediterrânica, latino-americana e em países africanos e asiáticos.

⁴ Quando se construiu a nova igreja de Durrães nos anos sessenta, o construtor civil local A. e seu sócio M.S. tinam feito um contrato com a freguesia e trataram a obra por um determinado valor, mas como os sócios se desentenderam, a freguesia viu-se obrigada a fazer a obra a jornal por administração directa. Não obstante, uma grua que era do construtor A., foi retida no final da obra e não a devolveram como gesto de represália, decisão tomada pelo Conselho Paroquial com o desacordo de alguns, entre os quais o regedor.

⁵ Trata-se de uma empresa de distribuição de gases medicinais e de alta pureza, na prestação de cuidados respiratórios domiciliários.